

MATÍAS M. MOLINA

História dos jornais no Brasil

VOLUME I

Da era colonial à Regência (1500-1840)



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2015 by Matias M. Molina

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa e Cadernos de fotos

Debs Bianchi/ Biancheria

Preparação

Lígia Azevedo

Checagem

Isabel Jorge Cury

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Angela das Neves

Jane Pessoa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Molina, Matias M.

História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência
(1500-1840) / Matias M. Molina. — 1ª ed. — São Paulo: Compa-
nhia das Letras, 2015.

ISBN 978-85-359-2536-4

1. Brasil - Jornais 2. Brasil - Período colonial 3. Jornais - História
4. Tipografia - História I. Título.

14-12931

CDD-070.9

Índice para catálogo sistemático:

1. Jornais: História: Jornalismo 070.9

[2015]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Prefácio — <i>Carlos Eduardo Lins da Silva</i>	7
Introdução	13
I. ERA COLONIAL	
1. <i>Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt</i> [Cópia da Nova Gazeta da Terra do Brasil].....	41
2. Tipografia no Brasil colonial — séculos xvi e xvii	49
3. A imprensa em Portugal	59
4. Tipografia nas missões jesuíticas	65
5. Tipografia no Brasil colonial — século xviii	81
6. As raízes portuguesas da imprensa brasileira	92
II. A CORTE NO BRASIL	
1. Impressão Régia.....	107
2. <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> (1808-22).....	114
3. <i>Correio Braziliense</i> (1808-22).....	120
4. O Brasil na imprensa portuguesa.....	142
5. <i>Idade d'Ouro do Brasil</i> (1811-23)	163
6. <i>O Patriota</i> (1813-4)	171

III. JORNAIS NA INDEPENDÊNCIA E NA REGÊNCIA

1. <i>Conciliador do Reino Unido</i> (1821).....	185
2. <i>Reverbero Constitucional Fluminense</i> (1821-2)	191
3. <i>Correio do Rio de Janeiro</i> (1822-3)	198
4. <i>A Malagueta</i> (1821-2/ 1822-4/ 1828-9/ 1832)	208
5. <i>O Tamoyo</i> (1823)	216
6. <i>Diario do Rio de Janeiro</i> (1821-59/ 1860-78).....	220
7. <i>O Espelho</i> (1821-3)	229
8. <i>Jornal do Commercio</i> (1827-).....	232
9. <i>A Aurora Fluminense</i> (1827-35).....	293
10. <i>Sentinella da Liberdade</i> (1830-7)	306
11. <i>O Typhis Pernambucano</i> (1823-4).....	314
12. <i>O Republico</i> (1830-1/ 1831-2/ 1834/ 1837/ 1853-5).....	317
13. Jornais baianos	327
14. Jornais de Pernambuco	331
15. Jornais das províncias	335

IV. INFRAESTRUTURA

1. Sociedade	345
2. Comunicações	368
3. Agências de notícias	400
4. Instalações gráficas	430
5. Subsídios e subvenções	449

<i>Notas</i>	473
<i>Bibliografia</i>	499
<i>Créditos das imagens</i>	507
<i>Índice remissivo</i>	509

I. ERA COLONIAL

Incluir o período colonial na história da imprensa brasileira é na verdade uma tentativa de explicar por que o país não teve imprensa nos primeiros três séculos de sua história. Afinal, foi somente com a chegada da família real portuguesa, em 1808, que o Brasil ingressou nessa empreitada, três séculos e meio depois das primeiras obras estampadas por Gutenberg e muitos anos depois de a tipografia ter sido instalada em várias cidades da América espanhola e nas colônias de língua inglesa.

A tipografia foi introduzida em Portugal no fim do século xv com a impressão de obras em hebraico, latim e português. No século xvi, Portugal tinha uma indústria gráfica próspera que imprimia obras de qualidade não apenas em Lisboa, como também em Braga, Leiria, Évora, Coimbra, Porto e Setúbal. A implantação de uma oficina tipográfica não sofria restrições nem precisava de licença, embora a publicação de qualquer impresso estivesse sujeita a uma censura prévia rigorosa de três entidades: Conselho Geral do Santo Ofício (censura papal), Ordinário da Diocese (censura do bispo), Desembargo do Paço (censura do reino). A tipografia se estendeu a várias colônias portuguesas da Ásia e posteriormente da África. Mas não ao Brasil.

Na verdade, o Brasil não era um terreno fértil no qual podiam germinar facilmente as artes gráficas nos primeiros tempos da colônia. O território era enorme,

a população era escassa e pouco alfabetizada e tinha poucos incentivos para aprender a ler e a escrever. De pouca utilidade poderia ser a impressão local de qualquer obra. A documentação a respeito é muito escassa. Mas não foi encontrado nenhum documento nos arquivos de Lisboa proibindo a instalação de tipografias no Brasil no início do período colonial. Se não foram instaladas, isso não se deveu a restrições impostas pela Coroa, mas à falta de iniciativa ou, talvez, necessidade.

O Brasil entrou na galáxia de Gutenberg não pela impressão de obras no país, mas pelas referências impressas a ele feitas por ocasião do descobrimento, que atraíram a curiosidade geral. A obra *Mundus Novus*, parcialmente baseada em duas cartas de Américo Vespúcio sobre suas viagens às terras recentemente descobertas, acendeu a imaginação na Europa. O fato de estar escrita em latim, a “língua franca” da época, colaborou para sua divulgação. A demanda foi surpreendente. De 1504 a 1506 foram publicadas 27 edições em várias línguas, que esgotaram rapidamente.

Foram também impressas cartas sobre o descobrimento, como a que o núncio papal em Lisboa, possivelmente com base no relato de um marinheiro da frota de Cabral, escreveu à Senhoria de Veneza e que foi inserida, em 1507, na obra *Paesi Novamente Retrovati*, ou a *Carta a Soderini*, atribuída a Vespúcio. Circularam também edições da *Copia der Newen Zeytung aus Presillg Landt*, um curioso relato de uma viagem ao Brasil. A partir de meados do século xvi são publicadas na Europa narrativas de viagens ao Brasil como as dos franceses André Thevet e Jean de Léry ou do alemão Hans Staden.

Mas todas são obras que foram impressas e circularam fora de Portugal. Os navegadores portugueses da era dos descobrimentos enviaram copiosa correspondência a Lisboa, mas foram raríssimas as cartas divulgadas na época. Poucas se imprimiram em Portugal sobre as viagens à Ásia ou à África e praticamente nenhuma fazia referência ao Brasil. A carta de Pero Vaz de Caminha, com a notícia da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, somente foi estampada em 1817; a carta do mestre João, também sobre a viagem de Cabral, em 1843. Dezenas de obras sobre o Brasil ficaram esquecidas durante séculos nos arquivos de Lisboa e outras desapareceram para sempre. Com medo de que os novos territórios atraíssem o interesse de outros países europeus, a Corte de Lisboa tentou evitar a impressão e a circulação de notícias sobre eles. Qualquer informação era considerada segredo de Estado e sua divulgação podia ser punida até com a pena de morte. Portugal também manteve um rigoroso controle dos livros que entravam no Brasil.

Se no período inicial a instalação de uma tipografia poderia ser considerada supérflua, com o aumento da população e da importância econômica da colônia a produção local de impressos certamente poderia ser útil. Se o rei João IV, em meados do século XVII, considerava o Brasil a “vaca de leite” do reino, a colônia bem podia comportar uma tipografia. Não se conhece nenhuma proibição específica da Corte ou dos governadores às artes gráficas ainda no segundo século da colonização, tampouco houve uma iniciativa de disseminar a educação e a cultura. A Coroa espanhola, à qual o Brasil esteve submetido de 1580 a 1640, que incentivou a impressão de livros em suas colônias, não se preocupou em desenvolver no país a atividade gráfica. Comportamento diferente foi observado no Brasil holandês, na primeira metade do século XVII. Um dos pedidos insistentes — e não atendido — de Maurício de Nassau à Companhia das Índias Ocidentais em Amsterdam foi o envio de um prelo, tipos e um impressor. Ele achava que a impressão local de documentos seria útil para a administração da colônia.

Uma das forças motoras que deu impulso à disseminação da tipografia na Europa foi a impressão e distribuição de obras religiosas. Nos primeiros anos, a imprensa foi considerada uma dádiva de Deus ao permitir a divulgação de textos defendendo a Cristandade na luta contra os turcos. Da mesma maneira, a publicação de trinta obras de Martinho Lutero entre 1517 e 1520 foi fundamental para a expansão do protestantismo, dando lugar a um esforço da Igreja católica, no sentido oposto, de fazer impressos contra a Reforma. A grande maioria das obras impressas em Portugal no século XV e em boa parte do XVI era de cunho religioso. Além disso, a difusão da tipografia nas colônias portuguesas na Ásia e na África foi empreendida pelos jesuítas com o objetivo de catequizar as populações locais.

Isso nos leva a uma pergunta que foi feita repetidas vezes: por que os jesuítas, que imprimiram obras em seus próprios prelos tanto na Índia como na China, no Japão e na África para a catequese, não instalaram uma tipografia no Brasil, com essa finalidade, onde contavam com colégios e bibliotecas? Não há respostas convincentes.

Os jesuítas chegaram a contar com uma tipografia na região das missões, onde foram impressas no primeiro quartel do século XVIII obras de alto padrão gráfico, mas não estava instalada no Brasil, e sim na região que hoje forma parte do território argentino.

Há vagas informações a respeito de prelos que teriam sido operados pela Companhia de Jesus no Rio de Janeiro, em Recife e Salvador na época da colônia,

o que pode sugerir que tenham tentado instalar uma tipografia ou mais no Brasil. Há também referências a uma tipografia que teria funcionado no Recife em 1706, com a tolerância do governador, mas proibida por uma ordem régia. Em 1720 um alvará teria proibido no Brasil as “letras de impressão”, isto é, o uso de caracteres gráficos para impressão e, genericamente, o funcionamento de tipografias. Há uma confusa notícia de um prelo na Academia dos Felizes do Rio de Janeiro em 1736. Foi mencionado que um jornal em língua italiana, feito por religiosos, *La Croce del Sud*, teria circulado no Rio de Janeiro. Nada disso foi confirmado.

A primeira tipografia comprovadamente instalada no Brasil foi a do português António Isidoro da Fonseca, em meados do século XVIII, que saiu de Lisboa talvez por causa de dívidas e se instalou no Rio de Janeiro, onde imprimiu várias obras, até ser chamado, com seu equipamento, de volta a Portugal. Apesar de contar com a proteção do governador e do bispo, a Corte não queria concorrência para sua precária indústria gráfica e queria exercer de perto a censura sobre qualquer obra impressa.

Esse episódio pode ajudar a esclarecer a atitude da Corte de Lisboa a respeito da impressão de obras na colônia. Se não se conhece nenhuma proibição de Portugal, durante dois séculos e meio, para impedir o funcionamento de tipografias no Brasil, não significa necessariamente que fossem permitidas. Talvez a proibição fosse desnecessária porque não houve nenhuma tentativa de instalação. Mas, assim que chegou a informação do funcionamento, da oficina de Isidoro da Fonseca, Lisboa foi rápida em proibi-la e em fazer ameaças para evitar que a iniciativa se repetisse. Não queria tipografias, assim como não queria a instalação de indústrias, a construção de estradas ou a navegação fluvial, nem mesmo o funcionamento de um correio interno durante mais de dois séculos.

Nos séculos XVII e XVIII, a antiga indústria gráfica florescente de Portugal perdera a vitalidade e entrara em progressivo declínio devido à decadência econômica da metrópole, à atividade de uma censura incoerente, à falta de um sistema educacional que fornecesse uma massa de leitores e a um ambiente cultural retrógrado. Mas no século XVIII surgiram em Portugal algumas entidades que iam se tornar, por força de circunstâncias imprevistas, importantes para o desenvolvimento da imprensa no Brasil, como a *Gazeta de Lisboa*, que foi o molde do qual surgiria a *Gazeta do Rio de Janeiro*, e a Impressão Régia, modelo para a Impressão Régia brasileira.

Talvez a iniciativa mais curiosa tenha sido a instalação e o desenvolvimento, no fim do século XVIII, da tipografia e casa literária do Arco do Cego de Lisboa, editora e estabelecimento gráfico de alta qualidade, com uma produção orientada em grande parte para o Brasil. Dela participou um grupo de brasileiros que teria papel relevante no processo que levou à Independência. A casa do Arco do Cego foi dirigida pelo padre mineiro frei Mariano da Conceição Veloso, que contou com a colaboração de vários brasileiros instalados em Portugal, entre eles Hipólito José da Costa, que seria fundador do *Correio Braziliense*, os irmãos Martim Francisco e Antonio Carlos de Andrada, José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, e José Joaquim Viegas de Menezes. A tipografia imprimiu dezenas de obras sobre temas como agricultura, mineração, medicina, saúde pública, história natural e botânica. Entre elas, os onze volumes de *O Fazendeiro do Brasil*. Funcionou durante 28 meses, quando o empreendimento foi incorporado pela Impressão Régia, deixando um legado importante de divulgação científica.

Um dos colaboradores de frei Veloso, o também padre Viegas de Menezes, voltou a Minas Gerais, onde, a pedidos do governador e em sua homenagem, imprimiu um poema de duvidosa qualidade literária. Ele não foi composto tipograficamente, letra por letra, como se fazia na época, mas foi gravado pelo método de calcografia, bastante trabalhoso, com um buril sobre uma chapa de cobre. Era o ano de 1807. A situação mostra a profunda mudança ocorrida na colônia em pouco mais de meio século. Antônio Isidoro da Fonseca, apesar da proteção do governador, teve que deixar de imprimir e voltar para Lisboa, mas Viegas de Menezes estampou um poema a pedido do próprio governador, que aparentemente não temia qualquer proibição ou punição da Corte. Meses depois era instalada a Impressão Régia (também conhecida como Real Officina) no Rio e impresso o primeiro jornal do Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

O rígido controle de Portugal sobre a vida cultural da colônia impediu que fossem instaladas tipografias, não deu impulso ao ensino, proibiu a instalação de universidades para evitar a competição com Coimbra, cerceou a divulgação de informações sobre o Brasil no exterior e vigiou de perto as importações de livros para impedir a entrada e a difusão de ideias políticas perigosas. É certo que, apesar de todas essas dificuldades, entraram clandestinamente livros proibidos e ideias subversivas, que circularam entre uma pequena elite nativa. Mas as barreiras impostas por Lisboa para o desenvolvimento da economia e, principalmente, para a instrução e a formação da população local, teriam consequências no longo

prazo. Como escreveu a historiadora Emília Viotti da Costa, a ignorância e o desinteresse observados no Brasil no fim do período colonial eram fruto da falta de cultura e da ausência de uma tradição de participação política.

I. *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt* [Cópia da Nova Gazeta da Terra do Brasil]

OS ENIGMAS DE UMA CARTA CONTROVERTIDA

Sabei que a 12 do mês de Outubro aqui aportou da terra do Brasil, por falta de vitualhas, um navio que Nono e Cristóbal de Haro armaram ou aprestaram. São dois os navios com licença do rei de Portugal para descrever ou reconhecer a terra do Brasil. E descreveram a terra mais seiscentas ou setecentas milhas do que antes se sabia.

Começa assim a carta que um comerciante da ilha da Madeira teria escrito em 1514 para um destinatário no porto de Antuérpia. Narra uma viagem pelas costas do Brasil até uma região que poderia ser identificada como o rio da Prata. Não faltam nela detalhes exóticos nem notícias mirabolantes. O autor anônimo afirma que as informações sobre a expedição foram dadas pelo comandante da caravela, “meu ótimo amigo”, “o mais afamado piloto que tem o rei de Portugal”, que fizera anteriormente várias viagens para a Índia. O outro navio, com o comandante da expedição, tinha ficado para trás. A carta foi impressa repetidas vezes na Alemanha com o nome de *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt* (ver figura 4).

É uma das primeiras obras impressas que menciona o nome do Brasil. Segundo um pesquisador norte-americano, a palavra “Zeitung” [gazeta] aparece nela pela primeira vez na língua alemã, embora essa seja uma afirmação controversa.¹ É um documento raríssimo, do qual existem poucos exemplares.

A *Nova Gazeta*, como também é conhecida, alimentou a curiosidade que tinha sido despertada pelas narrativas anteriores sobre as terras descobertas. Em abril de 1493 foram publicadas as primeiras informações sobre a América, quando foi impressa em Barcelona a *Insulis Indiae Supragangen...*, uma carta de Cristóvão Colombo para um escrivão da Casa Real, escrita dois meses antes, assim que ele retornara da sua primeira viagem ao novo continente. Esta e outras cartas de Colombo, traduzidas e impressas em vários países, acenderam a imaginação de toda a Europa.

O interesse pelas fascinantes notícias das terras recém-descobertas aumentou com a publicação em 1504 do pequeno livro em latim *Mundus Novus*, parcialmente baseado nas cartas do florentino Américo Vespúcio e erroneamente atribuído a ele; há na obra referências ao litoral brasileiro, repletas de fantasias, canibalismo e sexo com o objetivo de excitar a imaginação dos leitores. A Biblioteca Nacional tem um exemplar do *Mundus Novus* impresso por Johannes Otmar em Augsburg, Alemanha.²

A *Copia der Newen Zeytung aus Presillg Landt* tem atraído a atenção dos pesquisadores. Rodolpho R. Schuller, talvez o historiador brasileiro que mais se empenhou no estudo da *Nova Gazeta*, escreveu em 1911 que existiam onze cópias da obra, em quatro versões diferentes, cada uma com ligeiras variações na tipologia e na redação. Foram estampadas em Augsburg e Nuremberg, esta última cidade conhecida na época como “os olhos e os ouvidos” da Alemanha.³ O título de uma das cópias é *Die Neuwe Zeitung aus Presilg Land*. As várias reimpressões revelam a grande popularidade da obra nas regiões de língua alemã. Existe um exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Segundo Schuller, havia seis exemplares na Alemanha, três nos Estados Unidos e um na França.⁴ Algumas dessas cópias podem ter sido destruídas pelos bombardeios das cidades alemãs na Segunda Guerra Mundial.

O exemplar da Biblioteca Nacional do Rio, em precárias condições de conservação,⁵ tem seis páginas, quatro de texto em alemão arcaico — um alemão horrível, diz Stefan Zweig em sua biografia de Fernão de Magalhães, e impresso em péssimo papel — e duas gravuras em madeira. Uma delas, na capa, de forte

impacto visual, mostra uma cena marítima, com navios, ilhas e um porto. A última página está em branco. (Em outras edições, a capa tem o escudo de armas da Coroa de Portugal.) O documento foi amplamente discutido pelos historiadores da época dos descobrimentos, mas é raramente mencionado pelos estudiosos da imprensa brasileira — Carlos Rizzini e Luiz Beltrão são exceção.⁶

Já houve dúvidas sobre o autor, o destinatário, o local, a época e a língua em que foi escrita a *Copia der Newen Zeytung ausz Persillg Landt*, e a que viagem se referia. No exemplar da Biblioteca Nacional, por exemplo, está escrito que em 12 de outubro (sem mencionar o ano) aportou aqui (onde?) um navio vindo da terra do Brasil para ser reabastecido, comandado pelo mais afamado piloto, cujo nome omite.

Um bibliófilo alemão, Konrad Haebler, assegurou ter encontrado em 1895 a carta original manuscrita que deu origem às diversas cópias impressas, além de três exemplares impressos em Augsburg,⁷ na coleção dos príncipes Fugger, os banqueiros mais poderosos da época. A carta original tinha data de 1514 e há nela referências à ilha da Madeira e a Antuérpia, porém, não mencionava o nome do destinatário nem do missivista, desconhecidos até hoje, assim como não dizia quem era o piloto da expedição.⁸

A PASSAGEM PARA O PACÍFICO

A carta diz que o navio navegou até a costa do Brasil, seguiu rumo ao sul, acompanhando o litoral e avançando umas seiscentas ou setecentas milhas além da região já conhecida. Aos quarenta graus de latitude sul chegou a um cabo, que foi contornado, e viram mais tarde terra do lado oposto. Ao avançar sessenta milhas para o oeste “era tão grande ali o temporal e também ventava de tal modo que não puderam navegar mais para adiante”. O piloto estimou que desde o cabo mencionado até Malaca — na Ásia — havia uma distância não superior a seiscentas milhas. Sugeriu assim que, desde o ponto em que se encontrava o navio, havia comunicação para o oceano Pacífico, possibilitando a navegação, de Lisboa a Malaca, sem necessidade de contornar, na África, o cabo da Boa Esperança, “o que trará ao rei de Portugal, com a especiaria, grande auxílio”.⁹

Mas os navegantes, devido à tempestade, não puderam continuar e foram obrigados a voltar pela costa do Brasil. Ao narrar o retorno, a carta entra em

detalhes sobre a terra encontrada. Viram no Brasil muitos rios bons, com muita gente de “bons costumes” e de “índole honrada; não há neles vício nenhum, a menos que uma aldeia faça a guerra à outra”. O povo era de “boa e franca condição” e não tinha leis. A carta menciona que na terra “há ainda a memória de São Tomé” e os habitantes dizem que às vezes chegam lá pessoas de outros navios, que “trazem roupa como nós. Os portugueses dizem que são franceses”. O missivista menciona “leões e leopardos, de que há muitos na terra”, assim como dá notícias de que “existe um povo serrano que tem muito ouro”. O navio levou um homem daquela terra serrana que queria contar ao rei de Portugal que havia lá tanto ouro e prata que seus navios não podiam carregar. No porão, levava pau-brasil; na coberta, “rapazes e raparigas comprados”, que pouco tinham custado “porque foram dados por livre vontade”. Conclui afirmando que o povo daquela terra vivia até 140 anos.

A carta menciona repetidamente a passagem para Malaca, na península Malaia, atual Malásia, que segundo o narrador era uma terra próxima. Essa passagem marítima para a Ásia era insistentemente procurada por portugueses e espanhóis, pois encurtaria a viagem até a terra das especiarias. A alusão a São Tomé tem o mesmo objetivo de sugerir a proximidade da Ásia. Segundo uma lenda, o santo tinha sido enterrado na Índia. Se ele era venerado pelos habitantes da terra do Brasil, significava que sua fama tinha chegado aqui e que a Ásia não poderia estar muito longe.

A carta está recheada de outros detalhes mirabolantes que tinham a finalidade de atrair a curiosidade de um público ávido de notícias sobre as terras do Novo Mundo. Como escreveu Fernández-Armesto,¹⁰ as narrativas de viagem da época procuravam acrescentar, aos dados factuais, histórias ou dados extraídos da fantasia. Esses recursos eram ainda mais comuns nas obras impressas, cheias de artifícios para excitar a imaginação popular. Os impressores, para aumentar as vendas, se encarregavam de apimentar as histórias se achavam o texto demasiado sóbrio — como fazem hoje alguns jornais sensacionalistas. Os adendos inverossímeis aumentavam o interesse do leitor pelas terras longínquas e pela história que estava sendo narrada.

Isso explica, na *Gazeta*, a referência a leões e leopardos; a existência idílica de uma sociedade sem vícios e sem leis, tão diferente da europeia, e na qual se vive até os 140 anos; uma terra na qual os navegantes, se não encontraram indícios de metais preciosos, dão notícias da existência de mais ouro e prata do que os navios

poderiam carregar. Essa história sobre as terras longínquas do Brasil é, no entanto, mais sóbria e menos fantasiosa que a maioria das outras narrativas de viagem da época, mas o suficiente para acender a imaginação do público. E a *Gazeta* também menciona um fato real: o tráfico de escravos — os rapazes e raparigas que, segundo o narrador, foram entregues por livre vontade.

Durante mais de um século e meio historiadores tentaram identificar qual seria a expedição mencionada. Francisco Adolpho de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, deu várias versões. Numa delas, supõe que foi escrita em Lisboa por um estrangeiro. Em outra, diz que estaria baseada numa viagem dos espanhóis Juan Díaz de Solís e Vicente Yáñez Pinzón ao rio da Prata em 1508, mas essa expedição nunca esteve na América do Sul e Solís somente chegaria ao rio da Prata em 1516. Ainda segundo Varnhagen, a carta se referia a uma expedição de Gonçalo Coelho ao Brasil em 1503, que teria chegado até o rio da Prata — o que está provado que nunca aconteceu. Foram também mencionadas outras viagens, como a de Vasco Gallego e João de Lisboa e a encabeçada por Nuno Manuel — o “Nono” da carta.

Rodolpho Schuller afirma tratar-se de uma narrativa baseada na terceira viagem¹¹ de Américo Vespúcio ao Brasil, em 1501-2, na qual teria chegado ao rio da Prata; Carlos Rizzini e outros historiadores concordam, mas a hipótese foi muito criticada posteriormente. Outra versão diz que a *Gazeta* se inspirou na carta de Vespúcio sobre a expedição de 1501-2. Nesse caso, deveria ter sido reescrita posteriormente para acrescentar fatos que só teriam ocorrido anos mais tarde, como a referência à presença dos franceses, cujos primeiros navios somente teriam chegado em 1504, quando a nave *L'Espoir*, de Binot Paulmier de Bonneville, com pilotos portugueses, esteve no litoral de Santa Catarina.¹² Ainda é possível que a *Copia der Newen Zeytung aus Presillg Landt* não seja um relato original, mas uma obra montada a partir de informações já divulgadas em outras obras e juntadas por um escriba com imaginação. Essa era uma prática comum incentivada por impressores para atender à demanda por informações e fantasias do Novo Mundo.

O mais provável, porém, é que a *Nova Gazeta* se refira a uma expedição de duas caravelas comandada por Diogo Ribeiro e financiada por Cristóbal de Haro, baseado em Antuérpia, que teria sido realizada em 1511-2 ou 1513-4. O piloto da nave capitânia era Rodrigo Álvarez; o da outra embarcação, João de Lisboa, um dos mais renovados navegadores de Portugal. As duas caravelas se separaram:

João de Lisboa chegou ao rio da Prata e realizou a mais antiga observação astronômica a partir do cabo de Santa María, hoje conhecido como Punta del Este; Diogo Ribeiro¹³ foi morto no litoral norte brasileiro, possivelmente onde hoje é o Maranhão. Estêvão Frois assumiu o comando, e a caravela foi levada pelas correntes, pelas tempestades e pela inabilidade do piloto até Porto Rico, no Caribe. A tripulação ficou presa vários anos em Santo Domingo por ter penetrado nas águas proibidas da América espanhola.

O armador dessa expedição, Cristóbal de Haro, é mencionado nas primeiras linhas da *Nova Gazeta*; o outro armador citado, “Nono”, é certamente Nuno Manuel, um dos mais famosos pilotos portugueses. O judeu sefardita Cristóbal de Haro era um poderoso comerciante de origem espanhola, nascido em Burgos e instalado em Antuérpia, mas com residência temporária em Lisboa. Trabalhara por um tempo para os banqueiros Fugger e se estabelecera como um importante negociante de especiarias, com agentes e representantes em diversas partes do mundo. Estava interessado em encontrar uma passagem para a Ásia através da América, como alternativa ao cabo da Boa Esperança, o que diminuiria o tempo da viagem. Financiou várias expedições tanto à América Central como à costa do Brasil com essa finalidade.¹⁴

A *Gazeta* diz que a expedição para descrever e reconhecer a costa do Brasil tinha sido autorizada pelo rei de Portugal. No entanto, alguns historiadores escreveram que a viagem comandada por Diogo Ribeiro — que navegaria até o sul, certamente para procurar a passagem para o oceano Pacífico — era secreta, e que, quando soube da notícia, o rei d. Manuel teria ficado furioso. Para salvar sua vida, Cristóbal de Haro teve que fugir pelo Algarve para a Espanha, no lombo de uma mula. Lá, a notícia da viagem teria levado o imperador Carlos v a mandar a Juan Díaz de Solís que procurasse a passagem para o Pacífico. Ele se tornou o descobridor oficial do rio da Prata em 1516, mas morreu no local, e a expedição voltou à Espanha sem encontrar o caminho até o outro oceano. O escritor francês Jean-Pierre Faye afirma, sem oferecer provas concretas, que a carta teria levado Carlos v a financiar a viagem de Fernão de Magalhães em 1519. Ainda segundo Faye, a carta escrita na ilha da Madeira teria sido endereçada à casa dos Welser e traduzida para várias línguas.¹⁵

Embora a versão da expedição de Diogo Ribeiro e João de Lisboa pode ser a mesma narrada pela *Nova Gazeta*, são necessárias mais pesquisas para confirmá-la.

A data de publicação da *Nova Gazeta* também é controvertida. Nem todos os pesquisadores concordam com Konrad Haebler quando ele menciona que a obra foi impressa em 1514. Numa exposição em Stuttgart foi dado como certo o ano de 1508. O historiador francês Georges Weill, em sua conhecida obra *Le Journal*, menciona como prováveis datas 1508 e 1509 — e dá um nome ligeiramente diferente à obra: *Copia der Newen Ceytung aus Presily Land*, talvez por erro de transcrição.¹⁶ Outros historiadores fixam datas bem posteriores, como Alexander Humbolt, que a situa entre 1525 e 1540; Haebler também chega a mencionar 1530.

O globo terrestre feito a mão em 1515 pelo cartógrafo e matemático alemão Johannes Schöner, mostra uma passagem do oceano Atlântico para o oceano Pacífico. Acredita-se que esse detalhe teve como base informações extraídas da *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt*.¹⁷ Se for correto, a data da obra não pode ser posterior a 1515. Também parece ter sido usada por Schöner para explicar o globo em sua *Luculentissima quaedam terrae totius descriptio* [A mais brilhante descrição de toda a Terra], impressa em Nuremberg em 1515 e que teve extraordinária repercussão na época, descrevendo pessoas e animais do Brasil da mesma maneira que a *Nova Gazeta*. É provável, portanto, que, como consta do manuscrito encontrado por Haebler, a carta tenha sido escrita em 1514 e impressa em 1515.

A respeito da língua original da carta, Ritter von Weiser, depois de fazer uma análise linguística, concluiu que foi escrita em alemão. Schuller, porém, que assinala umas quarenta palavras em português, espanhol e italiano, afirma que foi escrita em outra língua e traduzida para o alemão.

Na Alemanha, país ansioso por informações e fantasias a respeito das novas terras descobertas, as notícias impressas, as *Neue Zeitung*, tiveram ampla divulgação. Existem cópias de outra gazeta, a *Zur Neuen Zeitung aus dem Lande Jucatan vom Jahre 1522* [Nova Gazeta do País de Iucatã, do Ano de 1522], uma das quais se encontra na Biblioteca Nacional do Rio, sobre a conquista do México pelos espanhóis. É provável que o correspondente que a escreveu nunca tivesse estado no Iucatã; sua *Gazeta* parece estar baseada em duas cartas do conquistador Hernán Cortés, publicadas com o nome de *Conquista de México*, e num relato do padre Pietro Martire d'Anghiera, acrescidas de um considerável número de erros e de detalhes fantasiosos, para informação ou desinformação dos leitores alemães.

Uma das gravuras contém a mais antiga reprodução europeia de um sacrifício humano feito pelos astecas.

A *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt* tem importância histórica. É um dos exemplares das newsletters, *lettres de nouvelles* ou cartas de notícias impressas que proliferaram na época. Havia um grande interesse em informações sobre as guerras religiosas na Europa, o confronto com os turcos, as navegações, os descobrimentos e as notícias sobre o Novo Mundo.

Essas cartas tiveram sua origem nas notícias manuscritas (*nouvelles à la main, fogli a mano, lettere d'avissi, geschreibene Zeitungen*) da Idade Média e começo da Moderna. Eram escritas pelos correspondentes das casas comerciais e dos banqueiros, como os Fugger e os Welser, que montaram um serviço próprio de notícias — o manuscrito original da carta e três cópias impressas da *Nova Gazeta* foram encontrados nos arquivos dos Fugger —, ou por informantes pagos de reis, príncipes, nobres ou do alto clero. Coleções dessas cartas são encontradas na Biblioteca Nacional de Viena e na Biblioteca do Vaticano. O uso desses manuscritos cresceu com o desenvolvimento de correios regulares na Europa, ainda na Idade Média.

A *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt* é uma obra única, sem sequência. Não faltaram informações sobre o Brasil escritas em português na época dos descobrimentos e da colonização. Os navegantes e colonizadores portugueses foram ativos em mandar cartas e relatos ao rei e à Corte de Lisboa, e os jesuítas também escreveram copiosamente. Mas raras foram as narrativas e descrições das riquezas da terra e de seus habitantes que chegaram a ser impressas e a circular no reino português ou na Europa. A política de Lisboa não era divulgar, mas esconder qualquer informação sobre o Brasil por temor da curiosidade e da cobiça estrangeiras. As notícias, reais ou fantasiosas, ficaram mais conhecidas em outros países. Por isso, a *Copia der Newen Zeytung ausz Presillg Landt* é ainda mais relevante.